

TERRAS INDÍGENAS

Governo não vai rever demarcações, diz Jobim

Assessores do Ministério da Justiça afirmaram que a intenção do ministro é encontrar uma fórmula que garanta aos que se sentiram lesados o direito de apresentar sua defesa

ISABEL BRAGA

BRASÍLIA — O Ministério da Justiça apresentará ao presidente Fernando Henrique Cardoso, no início de agosto, a alteração no decreto que trata do processo administrativo de demarcação de terras indígenas. O principal argumento do ministério para mudar o decreto, que vem provocando a ira de entidades de defesa dos índios até no Exterior, é evitar que todo o processo de demarcação desencadeado pelo 22/91 venha a ser colocado em dúvida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que analisa sua constitucionalidade. "O governo não irá rever nenhuma das demarcações já consolidadas", garantiu o ministro da Justiça, Nelson Jobim.

O que o ministro pretende é introduzir o "princípio do contraditório" (defesa de quem reivindica a terra) no decreto para as demarcações futuras. O que se discute no Ministério da Justiça é o "momento jurídico" em que a demarcação é considerada consolidada: na identificação pela Fundação Nacional do Índio (Funai), depois da portaria do ministério, na homologação pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ou no

ato do registro em cartório. No ministério são dadas como consolidadas as áreas até agora homologadas pelo presidente da República.

Segundo assessores do ministro Jobim, a polêmica que se formou em torno das mudanças nesse decreto é fruto da desinformação sobre o que o ministério realmente pretende fazer. Eles garantem que o decreto não será revogado e que a intenção é encontrar uma fórmula que garanta aos que se sentiram lesados com a demarcação de terras o direito de apresentar sua defesa. Se a idéia fosse rever todas as demarcações, o presidente não teria homologado oito áreas no último dia 28, disse um assessor.

Hoje, existem 557 áreas indígenas no Brasil. Deste total, 189 áreas foram demarcadas, homologadas e já possuem registro em cartório, e 27 estão em fase final de registro (já homologadas pelo presidente da República). A dúvida surge em relação às 133 áreas indígenas já identificadas pela Funai — algumas demarcadas por portarias de ex-ministros da Justiça — mas que ainda não foram homologadas pela Presidência da República, nem registradas em cartório. Existem ainda 208 áreas indígenas não identificadas pela Funai.

**ÁREAS
INDÍGENAS
DEMARCADAS
CHEGAM A 189**

Entidades criticam mudanças

BRASÍLIA — A alteração no decreto 22/91 é criticada pelas entidades que defendem os índios, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e também por parlamentares. Essas entidades temem a revisão das demarcações que estão em processo de consolidação e alertam para as consequências que as declarações do ministro Nelson Jobim têm provocado: invasões de terra em áreas indígenas de Rondônia, Maranhão e Pará.

Os 130 missionários que representam o Cimi se reuniram na semana passada e prepararam um documento em que criticam a política indigenista do governo Fernando Henrique Cardoso. "Há seis anos vem se tentando a adoção de mecanismo normativo para atender aos interesses antiindigenistas", afirma o documento. O Cimi põe em dúvida a alteração do decreto e se apega ao Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 para defender o direito dos índios. "Não se concebe

que as terras indígenas tenham seus limites explicitados com a participação de particulares ou mesmo de órgãos públicos que reivindicam a posse, a ocupação ou o domínio destas terras."

A senadora Marina Silva (PT-AC) enviou carta ao presidente da República pedindo uma audiência no início de agosto, antes da alteração no decreto 22/91. A senadora revela na carta a preocupação com as mudanças no processo administrativo de demarcação de terras indígenas. O deputado Luciano Pizzato (PFL-PR), relator do Estatuto do Índio, acredita que o governo poderia evitar o desgaste de introduzir o contraditório por alteração no decreto.

Ligado à defesa dos índios, o procurador da República, Aurélio Dias, deixou o Conselho Indigenista da Funai por discordar da política do ministro Nelson Jobim para o setor. "É inadmissível rever áreas já demarcadas", afirma Rios.

**CIMI É
CONTRA
POLÍTICA DO
GOVERNO**